

O MEU PLANO DE GOVERNO

* José Pio Martins

"Em sendo impossível mudar a natureza do pecador, cumpre reduzir as oportunidades de pecado". Esta frase foi pronunciada pelo economista Roberto Campos quando, em uma entrevista, ele dava argumentos sobre formas para reduzir a corrupção no setor público.

O eminente economista costumava repetir que a natureza humana é caracterizada pela imperfeição moral e que, mais eficaz do que ficar pregando a ética individual, seria diminuir o tamanho do governo e concentrá-lo nas suas funções clássicas de prover justiça, segurança, educação, saúde e defesa, retirando-o de tarefas que a sociedade privada poderia executar. Para tanto, a venda de empresas estatais, além de reduzir o déficit público e melhorar a eficiência da economia, tiraria das mãos dos políticos uma grande arma de corrupção.

Quando Fernando Collor assumiu a Presidência da República, em 1990, o Brasil tinha mais de 500 empresas estatais. O programa de privatização que foi levado a efeito desde então reduziu substancialmente esse número, provocando três conseqüências positivas para o País:

- a) redução do déficit público, porque essas empresas, no conjunto, sangravam os cofres do tesouro;
- b) melhoria da eficiência da economia, porque permitiu a expansão dos investimentos nos setores privatizados e levou ao aumento da produtividade das empresas;
- c) redução da corrupção.

Chegamos a 2005 e a tragédia moral na política ganha proporções alarmantes. Fico imaginando o tamanho da corrupção se o Brasil continuasse com mais de 500 empresas estatais. Talvez o País estivesse em frangalhos. Vendo que a natureza humana continua imperfeita, como dizia o Dr. Campos, parece que mais verdadeira se torna a máxima de que é necessário reduzir as oportunidades de pecado, sabendo que continua impossível mudar a natureza do pecador. Assim considerando, se eu fosse disputar a Presidência da República, meu plano de governo teria como filosofia básica reduzir as oportunidades de pecado. Concretamente minha proposta à nação teria apenas quatro pontos:

1. Reduzir o tamanho do Estado por meio de um programa de privatização que vendesse empresas estatais, imóveis do governo e tudo quanto é ativo público que não fosse necessário à administração pública. Isso permitiria reduzir a dívida do governo, baixar os juros e concentrar os recursos orçamentários nas funções clássicas do Estado: justiça, segurança, educação, saúde e saneamento.
2. Reduzir a intervenção do Estado na vida das pessoas e das instituições privadas, dando mais liberdade de iniciativa, de invenção, de empreendimento e de ação. Aboliria tudo quanto é regulamento, lei ou medida que não tem qualquer função a não ser perturbar a vida das pessoas e das empresas, dificultar os investimentos e criar embaraço para quem quer produzir, gerar renda e emprego. O Brasil já tem leis suficientes para punir crimes e desvios e não precisa do governo atrapalhando na vida da nação.
3. Diminuir o tamanho do legislativo em 25%, isto é, reduzir o número de vagas de vereadores, deputados estaduais, deputados e senadores, e reduzir à metade os cargos em comissão no poder executivo.
4. Reduzir a carga tributária e simplificar todo o sistema fiscal. É uma tentativa de reduzir esse inferno tributário que existe no País e que inibe investimentos e desanima os empreendimentos.

Os dramas do PT no poder talvez resultem em um ganho didático para o povo brasileiro. Talvez a sociedade entenda de uma vez por todas que não existe salvador da pátria, que o socialismo e o estatismo nunca resolveram a vida de ninguém, que o governo tem de ser limitado nos seus poderes e no seu tamanho, e que não existe uma solução estatal para cada problema individual. A esquerda vendeu para o povo brasileiro, durante décadas, que para cada problema do indivíduo existe uma solução governamental. É uma idéia falsa e atrasada. Infelizmente, o preço para nos libertarmos dessa crença é pago com pobreza e desemprego.

Confesso que não sei porque as idéias socialistas ainda conseguem algum charme. Não existe socialismo sem ditadura. Não existe estatismo sem corrupção e ineficiência. Não existe governo grande demais sem falência financeira. O governo é necessário, porém limitado nos seus poderes, confinado nas suas funções e destinado apenas a fazer aquilo que não pode ser feito pela sociedade livre e soberana, dentro das leis, que devem ser poucas, boas e estáveis.

* Vice-Reitor e professor de Economia do Centro Universitário Positivo - UnicenP.